



Anais da Assembléia

Nº 82

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 20 DE JULHO DE 1981

ANO VI

ATOS DA COMISSÃO EXECUTIVA:

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

DECRETO LEGISLATIVO Nº 273/81

I — revogar o Decreto Legislativo nº 375/80, que designou para exercer as funções de Chefe da Seção de Controle, do Departamento de Divulgação Legislativa, a funcionária OLGA POPOVITCH, matrícula nº 319, ocupante do cargo de Oficial Legislativo B, do Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.
II — revogar o Decreto Legislativo nº 241/80, na parte que se refere à funcionária JOANA MACIEL DE FARIA, matrícula nº 156, ocupante do cargo de Oficial Legislativo C, do Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, que atribuiu à mesma a Função Gratificada, símbolo 7-F, de Auxiliar de Plenário, do Departamento Administrativo.

(Protoc. nº 4927).

DECRETO LEGISLATIVO Nº 274/81

designar os funcionários abaixo relacionados, todos do Quadro do Pessoal da Secretaria deste Poder, para exercerem as funções conforme especifica, junto ao Departamento de Divulgação Legislativa, percebendo as vantagens inerentes aos cargos:

ASSESSORES

Raimundo Carlos Capela Pioli — Mat. 320

Olga Popovitch — Mat. 319

CHEFE DA SEÇÃO DE RÁDIO E TV

Joana Maciel de Farias — Mat. 156

CHEFE DA SEÇÃO DE DADOS E INFORMAÇÕES

Rui Francisco Gabardo — Mat. 605

(Protoc. nº 4927).

DECRETO LEGISLATIVO Nº 275/81

exonerar REGINA MARIA DA ROCHA BUENO, do cargo em Comissão, símbolo 6-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Renato Loures Bueno, ficando revogado o Decreto Legislativo nº 073/80, que autorizou a mesma a prestar serviço extraordinário, percebendo gratificação cor-

respondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos.

(Protoc. nº 4961).

DECRETO LEGISLATIVO Nº 276/81

I — prover SILVIO SORBARA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 6-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Renato Loures Bueno; e,

II — autorizar o mesmo a prestar serviço extraordinário, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos.

(Protoc. nº 4961).

DECRETO LEGISLATIVO Nº 277/81

autorizar DIVA SCARAMELLA, ora à disposição deste Poder, a prestar serviço extraordinário, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos, junto à Coordenadoria de Imprensa Legislativa, até 31 de dezembro de 1981, respeitando-se o teto estabelecido pelo Decreto Legislativo nº 082/81

(Protoc. nº 4603).

DECRETO LEGISLATIVO Nº 278/81

conceder auxílio para compensar diferenças de caixa de que trata o Art. 201, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, fixando-o em cinco por cento (5%) sobre o valor dos respectivos vencimentos básicos, ao funcionário HENRIQUE WOJCIK, matrícula nº 460, ocupante do cargo de Oficial Legislativo B, do Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, atualmente exercendo as funções de Chefe da Seção de Aquisição e Controle de Materiais, deste Poder.

(Protoc. nº 1451).

DECRETO LEGISLATIVO Nº 279/81

conceder a IZAIR PEREIRA FLORES, matrícula nº 206, ocupante do cargo de Oficial Legislativo C, do Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 247, parágrafo único, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, em vir-

tude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o quarto quinquênio, compreendido entre 06 de novembro de 1976 e 07 de janeiro de 1981, antecipado em razão da incorporação correspondente ao terceiro quinquênio e das férias de 1979 e 1980, contadas em dobro.

(Protoc. nº 4749).

DECRETO LEGISLATIVO Nº 280/81

retificar o nome da funcionária ROSARIA CARDOZO DE LIMA, matrícula nº 225, ocupante do cargo de Oficial Legislativo D, do Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para ROSARIA CARDOZO LIMA DE OLIVEIRA.

(Protoc. nº 4481).

DECRETO LEGISLATIVO Nº 281/81

autorizar PAULO MARCELO SOARES DA SILVA, ora à disposição deste Poder Legislativo, a prestar serviços extraordinários, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos, junto ao Gabinete do Deputado Benedito Pinto Dias, a partir de 01 de abril do corrente ano, respeitando-se o teto estabelecido pelo Decreto Legislativo nº 082/81.

(Protoc. nº 5464).

Palácio "XIX de Dezembro", em 09/07/81

DECRETO LEGISLATIVO Nº 282/81

revogar o Decreto Legislativo nº 680/75, que concedeu gratificação de Risco de Vida ao funcionário ORLANDO NADALIN, ora à disposição deste Poder, tendo em vista que o citado servidor retornou à sua repartição de origem, no Poder Executivo.

(Protoc. nº 5064).

Palácio "XIX de Dezembro", em 09/07/81

(aa) JOÃO MANSUR — Presidente

AUGUSTO CARNEIRO — 1.º Secretário

NILSO ROMEU SGUAREZI — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 283/81

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições regimentais, e nos termos da Lei nº 7289, de 27 de dezembro de 1979,

D E C R E T A:

Art. 1.º — O acesso de uma para outra série, bem como o respectivo teste seletivo interno, de que trata o Art. 10, da Lei nº 7289, de 27 de dezembro de 1979, obedecerá o disposto neste Decreto.

Art. 2.º — O acesso dar-se-á na seguinte ordem:

I — Oficial Legislativo "A", portador de nível

universitário, para Assessor Técnico Legislativo "D".

Art. 3.º — Havendo pelo menos duas (02) vagas na Classe de Assessor Técnico Legislativo "D", será aberto o processo seletivo interno, no prazo de trinta (30) dias, contados da abertura da última vaga.

Art. 4.º — O processo seletivo interno constará de teste de títulos e provas de natureza competitiva e eliminatória.

Art. 5.º — No teste de títulos, de efeito pré-qualificatório, destina-se a habilitar o candidato a participar da prova de conhecimento, apurar-se-á o teste de título da seguinte forma:

- a) DE SERVIÇO EFETIVAMENTE PRESTADO NOS ÓRGÃOS DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA:
 - a) mais de 30 anos com o peso 10;
 - b) de 25 a 30 anos com o peso 09;
 - c) de 20 a 25 anos com o peso 08;
 - d) de 15 a 20 anos com o peso 07;
 - e) de 10 a 15 anos com o peso 06;
 - f) de 05 a 10 anos com o peso 05;
 - g) de 03 a 05 anos com o peso 04;
 - h) de 02 a 03 anos com o peso 03;
 - i) de 01 a 02 anos com o peso 02;
 - j) de 01 mês a 01 ano com o peso 01.

2) DESEMPENHO FUNCIONAL:

a) Exercício de cargo de Diretor Geral da Secretaria da Assembléia, com o peso 10, acrescendo-se de um ponto por ano de exercício;

b) Exercício de cargo de Diretor de Departamento, de Diretor de Gabinete e Tesoureiro Geral, com o peso 09, acrescendo-se um ponto por ano de exercício;

c) Exercício de cargo de Chefe de Gabinete, de Consultor Jurídico, de Consultor Legislativo, por designação, de Contador Geral, de Sub-Tesoureiro e de Assessor Jurídico do Departamento de Pessoal, com o peso 08, acrescendo-se um ponto por ano de exercício;

d) Exercício de Chefia de Divisão, de Serviço Autônomo, de Coordenadoria, de Assistente de Gabinete, de Assessor de Gabinete e Secretaria de Comissão Legislativa, por designação, com o peso 07, acrescendo-se um ponto por ano de exercício;

e) Exercício de função de Oficial de Gabinete, com o peso 06, acrescendo-se um ponto por ano de exercício;

f) Exercício de Chefia de Seção e Auxiliar de Gabinete, com o peso 05, acrescendo-se um ponto por ano de exercício.

3) GRAU DE ESCOLARIDADE:

a) Curso de nível universitário diretamente vinculado às funções do cargo a ser exercido, excetuado o

que serviu de base para o provimento, com o peso 05;

b) Cursos de extensão ou aperfeiçoamento que tenham correlação com o cargo a ser ocupado, com o peso 03 cada, até o máximo de 09;

c) Trabalhos publicados e que tenham correlação com o cargo a ser ocupado, com o peso 02 cada, até o máximo de 06.

Art. 6.º — A nota final do teste de títulos será obtida pela soma dos três itens, do artigo anterior, ficando automaticamente desclassificado o candidato que não atingir a média mínima de 15 pontos.

Art. 7.º — Em cada teste de títulos serão incluídos automaticamente todos os ocupantes dos cargos em condições de acesso, pela ordem indicada no Art. 2.º, deste Decreto.

Art. 8.º — Procedida a seleção dos funcionários abrangidos pelo disposto no artigo anterior, será publicado edital contendo os nomes dos classificados e aberto o prazo de 03 (três) dias úteis para a inscrição facultativa dos mesmos ao teste de conhecimento.

Parágrafo único — O silêncio importará em renúncia à inscrição.

Art. 9.º — O teste de conhecimento compreenderá:

I — uma redação, de efeito eliminatório, de no máximo trinta (30) linhas, com duração de sessenta (60) minutos, sobre tema relacionado às atividades do Poder Legislativo.

a) recolhidas as provas, serão desidentificadas, numeradas pela ordem de entrega, juntamente com as respectivas tiras descartáveis, sendo estas colocadas em sobrecarta lacrada e rubricada.

b) as redações serão graduadas de zero(0) a cem (100), ficando automaticamente desclassificado o candidato que não atingir a média mínima de cinquenta (50) pontos.

II — Um teste escrito constituindo de cinquenta (50) questões objetivas de múltipla escolha, com o peso 02 cada, em que será argüido o conhecimento adquirido nas seguintes disciplinas, observando o programa adiante especificado:

DIREITO CONSTITUCIONAL

Natureza e Conceito

Objeto

Constituição

Conceito

Objeto e Conteúdo das Constituições

Rigidez e Supremacia Constitucional

Supremacia da Constituição Federal

Controle de Constitucionalidade

Inconstitucionalidade das Leis e dos Atos do Poder Público

Sistema de Controle de Constitucionalidade

Controle de Declaração de Inconstitucionalidade

Revisão Constitucional

Técnica de Revisão Constitucional

Revisão Constitucional no Sistema Brasileiro

Poder Constituinte Reformador

Limites ao Poder de Emenda Constitucional

Controle de Constitucionalidade da Emenda Constitucional

Repartição de Competência

O princípio da predominância do interesse

Técnica de repartição de competência

Sistema Brasileiro

Competência da União

Classificação

Competência Internacional

Competência Econômico-Social

Competência Político-Administrativo

Competência Financeira

Competência Legislativa

Competência dos Estados

Competência residual

Poderes não vedados explícita ou implicitamente

Competência econômico-social dos Estados

Competência administrativa dos Estados

Competência financeira dos Estados

Competência legislativa dos Estados

Dos Municípios

Autonomia

Organização Municipal

O Governo dos Estados-Membros

Autonomia dos Estados

Limites do Poder Constituinte Estadual

Princípios constitucionais

Princípios Extensíveis

Princípios Constitucionais estabelecidos

Interpretação dos princípios constitucionais limitados da capacidade organizatória dos Estados

Organização dos Governos Estaduais

Esquema Constitucional

Órgão do Poder Estadual

Poder Legislativo

A Assembléia Legislativa

Funcionamento

Atribuições

Processo Legislativo

Estatuto dos Deputados Estaduais

Poder Executivo Estadual

O Governo do Estado

Substitutos de Governador

Subsídios

Atribuições do Governador

Crimes do Governador

TÉCNICA LEGISLATIVA

Conceito

Preâmbulo
 Epígrafe
 Ementa
 Da Autoria e Fundamento Legal da Autoridade
 Da Ordem de Execução do Mandado de Cumprimento
 Da Apresentação Material do Texto das Leis
 Artigo
 Desdobramento dos Artigos
 Agrupamento dos Artigos
 Disposições Complementares e Suplementares das Leis
 Disposições Preliminares
 Disposições Gerais ou Finais
 Disposições Transitórias
 Cláusula de Vigência das Leis
 Cláusula de Revogação das Leis
 Do Fecho das Leis
 Das Assinaturas e Referenda das Leis

REGIMENTO INTERNO

Da Mesa
 Das Comissões
 Das Sessões da Assembléia
 Das Proposições em Geral
 Das Discussões
 Das Votações
 Do Projeto de Orçamento
 Do Projeto de Código Civil na Consolidação
 Do Veto
 Da Emenda à Constituição

PROCESSO LEGISLATIVO

Os Atos Legislativos e sua Elaboração
 Emendas à Constituição
 Leis Complementares
 Leis Ordinárias
 Leis Delegadas
 Decretos Leis
 Decretos Legislativos e Resolução

DIREITO FINANCEIRO

Noção de Despesa Pública
 Classificação da Despesa Pública
 Noção de Despesa Pública
 Receita Oliguaria
 Noção de Despesa Pública
 Despesa Carente
 Despesa de Capital
 Conteúdo e Projetos do Orçamento-Programa
 Processo Legislativo Orçamentário
 Controle da Execução do Orçamento-Programa
 Controle Interno
 Controle Externo: Tribunal de Contas
 Prestação de Contas
 Orçamento Plurianual de Investimentos
 Do Crédito Público
 Tipos de Empréstimos
 Dívida Pública
 Dívida Fundada

Dívida Flutuante

DIREITO ADMINISTRATIVO

Conceito
 Fontes do Direito Administrativo
 Sistema Administrativo Brasileiro
 Estrutura Administrativa
 Organização Administrativa
 Governo e Administração
 Órgãos Públicos
 Agentes Públicos — Investidura
 Atos Administrativos
 Conceitos e Requisitos do Ato Administrativo
 Procedimento do Ato Administrativo
 Atributos do Ato Administrativo
 Classificação dos Atos Administrativos
 Espécies de Atos Administrativos
 Motivações dos Atos Administrativos
 Contratos Administrativos
 Idéia Geral Sobre Contrato
 Peculiaridade do Contrato Administrativo
 Formalização do Contrato Administrativo
 Licitação
 Conceito e Finalidade
 Obrigatoriedade da Licitação
 Habilitação dos Licitantes
 Atual Legislação Sobre Licitação
 Servidores Públicos

Conceito
 Regime Estatutário — Regime Especial — Regime Trabalhista
 Organização do Funcionalismo
 Normas Constitucionais Pertinentes ao Funcionalismo Público
 Acesso ao cargo público
 Provimento — Concurso
 Paridade de Vencimentos
 Estabilidade
 Aposentadoria
 Estatuto dos Funcionários Públicos do Paraná
 Normas Gerais do Estatuto
 Aplicabilidade das normas estatutárias ao funcionalismo da Assembléia Legislativa

EDUCAÇÃO

Princípios Constitucionais da Educação
 Diretrizes e Bases da Educação Nacional
 Ensino Superior -- Legislação Estadual
 Ensino de 2.º Grau — Legislação Estadual
 Ensino de 1.º Grau — Legislação Estadual
 Art. 10 — O teste escrito, de que trata o inciso II, do artigo anterior, será classificatório, considerando-se eliminado o candidato que não alcançar a média mínima de 50 pontos.
 Art. 11 — A nota final traduzirá o resultado da média aritmética das notas do teste de redação e do

teste escrito, que compõem o teste de conhecimentos (Art. 9.º), acrescido do saldo de pontos obtidos no teste de títulos, excedentes dos quinze (15) pontos.

Art. 12 — Havendo empate, terá preferência, sucessivamente:

I — o que ingressou há mais tempo na Assembléia;

II — o casado

III — o de maior prole

IV — o mais idoso

Art. 13 — A Comissão Executiva, por indicação do Diretor Geral, constituirá Comissão Examinadora, composta de três (03) funcionários efetivos do Quadro de Pessoal da Assembléia, para promover o processo seletivo interno.

Art. 14 — O prazo de validade do teste seletivo, disciplinado por este Decreto, será de dois (02) anos, contados da publicação da homologação no Diário da Assembléia.

Art. 15 — Aplicam-se, no que couber, as disposições da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, para a solução de casos omissos.

Art. 16 — Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio 'XIX de Dezembro', em 20/07/81

(aa) JOÃO MANSUR

Presidente

AUGUSTO DE OLIVEIRA CARNEIRO

1.º Secretário

NILSO ROMEU SGUAREZI

2.º Secretário

ATOS DA DIRETORIA GERAL:

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E:

PORTARIA N.º 552/81

designar ALCEU MARTINS RICCI FILHO, funcionário contratado deste Poder, pela Administração, para prestar serviços no Gabinete da Diretoria Geral.

PORTARIA N.º 553/81

I — transferir para época oportuna as férias concedidas a CESAR AUGUSTO AGOSTINI PINTO NUNES, matrícula n.º 594, ocupante do cargo de Oficial Legislativo C, do Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, pela Portaria n.º 822, de 23 de novembro de 1979;

II — tornar sem efeito, ex-officio, a Portaria n.º 419, de 28 de maio de 1980, que mandou contar em seu

favor as férias de 1978;

III — mandar contar, em seu favor, para todos os efeitos legais, o tempo de quatro (04) meses, correspondente ao dobro das férias de 1979 e 1980, que deixou de gozar, nos termos do Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2.º, da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1975; e,

IV — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao seu acervo de serviço público, nos termos do Art. 248 da citada Lei 6174, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o quinto quinquênio, compreendido entre 07 de fevereiro de 1975 e 07 de abril de 1979, antecipado em razão da incorporação referente ao seu quarto quinquênio e das férias de 1976 e 1978, contadas em dobro.

(Protoc. n.º 3767).

PORTARIA N.º 554/81

mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2.º, da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de ERNESTO PERACETTA, matrícula n.º 548, ocupante do cargo de Oficial Legislativo B, do Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias de 1980, que deixou de gozar.

(Protoc. n.º 4733).

PORTARIA N.º 555/81

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria n.º 058/81, ao funcionário JOSÉ OSWALDO DE ALMEIDA GARCIA REDONDO, matrícula n.º 265, ocupante do cargo de Assessor Técnico Legislativo B, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

(Protoc. n.º 5426).

PORTARIA N.º 556/81

I — mandar contar, para todos os efeitos legais, em favor de JORGE ASSAD MANSUR, ocupante do cargo de Oficial Legislativo A, do Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2.º, da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1975, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias de 1980, que deixou de gozar;

II — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao seu acervo de serviço público, nos termos do Art.

248 da citada Lei 6174, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o terceiro quinquênio, compreendido entre 30 de setembro de 1973 e 30 de maio de 1977, antecipado em razão da incorporação correspondente ao primeiro decênio e das férias relativas aos anos de 1973 e 1974, contadas em dobro; e,

III — conceder o acréscimo de mais cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, de acordo com o Art. 170, da referida Lei 6174, a partir de 23 de julho de 1980, data em que completou vinte (20) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de vinte por cento (20%).

(Protoc. nº 4808).

PORTARIA Nº 557/81

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria nº 058/81, aos funcionários abaixo relacionados, todos do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia:

BOANERGES DE MENEZES CALDAS — Mat. 268

MARLENE COUTO DE CRISTO — Mat. 175

LUIZ DOUGLAS FERREIRA — Mat. 103

EUMÊNIA DE OLIVEIRA — Mat. 469

(Protoc. nº 5555).

PORTARIA Nº 558/81

prorrogar a permanência neste Poder até 31 de dezembro de 1981, do funcionário JOAQUIM FACHARDO JUNQUEIRA, designando-o para prestar serviços no Departamento de Finanças.

(Protoc. nº 5220).

PORTARIA Nº 559/81

designar TÂNIA CHEREN REINERT, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços no Gabinete da Presidência, até 31 de dezembro de 1981.

(Protoc. nº 5224).

PORTARIA Nº 560/81

prorrogar a permanência neste Poder, até 31 de dezembro de 1981, do funcionário ANTÔNIO LUIZ QUIRINO MACHADO.

(Protoc. nº 5223).

PORTARIA Nº 561/81

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria nº 058/81, à funcionária JOANNA DE BIASSIO DA CUNHA, matrícula nº 443, ocupante do cargo de Taquígrafo A, do Grupo Ocupacional Técnico, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

(Protoc. nº 5361)

PORTARIA Nº 562/81

I — revogar o item I, da Portaria nº 529/81, que lotou no Departamento de Finanças, o funcionário DULCIDIO CALDEIRA JUNIOR, matrícula nº 042, ocupante do cargo de Assessor Técnico Legislativo B, do Grupo Ocupacional Universitário, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia; e, II — lotar no Departamento Legislativo, o funcionário acima citado.

(Protoc. nº 5279).

PORTARIA Nº 563/81

prorrogar a permanência neste Poder, até 31 de dezembro de 1981, da funcionária NILCE ALVES POLI MILANI, designando-a para prestar serviços no Gabinete da 1ª Secretaria.

(Protoc. nº 5219).

PORTARIA Nº 564/81

I — designar MARIA ÂNGELA DUMONT, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços no Gabinete do Deputado José Lázaro Dumont, até 31 de dezembro de 1981.

II — prorrogar a permanência neste Poder, até 31 de dezembro de 1981, da funcionária TEREZA LUCIANO, designando-a para prestar serviços no Gabinete do Deputado Wilson Fortes.

(Protoc. nº 5217).

PORTARIA Nº 565/81

prorrogar a permanência neste Poder, até 31 de dezembro de 1981, do funcionário ALBARY PEDROSO, designando-o para prestar serviços como Motorista do Gabinete da 1ª Secretaria.

(Protoc. nº 5225).

PORTARIA Nº 567/81

I — revogar a Portaria nº 432/81, que designou para prestar serviços no Gabinete da Diretoria Geral, o funcionário JUAREZ TIBILETTI, ora à disposição deste Poder; e,

II — designar o citado servidor para prestar serviços como Motorista do Gabinete da Presidência, até 31 de dezembro de 1981.

Gabinete da Diretoria Geral, em 08/07/81

(a) PAULO DE TARSO DE OLIVEIRA ABBAS

Diretor Geral

PORTARIA Nº 568/81

prorrogar até 31 de dezembro de 1981, a permanência neste Poder, do funcionário DIONÍSIO DE PAULA CAVALHEIRO, designando-o para prestar serviços como Motorista do Gabinete da Presidência.

(Protoc. nº 5805).

Gabinete da Diretoria Geral, em 13/07/81
(a) PAULO DE TARSO DE OLIVEIRA ABBAS
Diretor Geral

PORTARIA Nº 569/81

designar JOSÉ ANTÔNIO PASE, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços no Gabinete da Liderança do PDS, até 31 de dezembro de 1981.

(Protoc. nº 5688).

PORTARIA Nº 570/81

prorrogar a permanência até 31 de dezembro de 1981, neste Poder, da funcionária ACIULY MARIA SANTOS ALBERTI, designando-a para prestar serviços no Gabinete da Diretoria Geral

(Protoc. nº 5687).

PORTARIA Nº 571/81

designar MARIA DO ROSÁRIO MEDEIROS RADICHEWSKI, para prestar serviços no Gabinete do Deputado Erondy Silvério, até 31 de dezembro de 1981.

(Protoc. nº 5694).

PORTARIA Nº 572/81

mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2º, da Lei nº 6742, de 03 de dezembro de 1975, combinado com o Art. 1º da Lei nº 7206, de 01 de outubro de 1979, em favor de NILTON BUSATO, matrícula nº 317, ocupante do cargo de Assessor Técnico Legislativo C, do Grupo Ocupacional Universitário, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias de 1966, que deixou de gozar.

(Protoc. nº 202).

PORTARIA Nº 573/81

I — mandar contar, para todos os efeitos legais, em

favor de ODIR GOMES DA ROCHA, matrícula nº 318, ocupante do cargo de Oficial Legislativo A, do Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 150, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2º, da Lei nº 6742, de 03 de dezembro de 1975, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias de 1979, que deixou de gozar; e,

II — conceder o adicional de mais cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, de acordo com o Art. 171, da mesma Lei 6174, a partir de 14 de fevereiro de 1981, data em que completou trinta e um (31) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de dez por cento (10%).

(Protoc. nº 4736).

PORTARIA Nº 574/81

designar ROSA MARIA ACHCAR MALHEIROS, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços no Gabinete da 2ª Secretaria, até 31 de dezembro de 1981.

(Protoc. nº 5806).

Gabinete da Diretoria Geral, em 16/07/81

(a) PAULO DE TARSO DE OLIVEIRA ABBAS
Diretor Geral

PORTARIA Nº 575/81

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E:

designar os funcionários PAULO DE TARSO DE OLIVEIRA ABBAS, REGINALDO FANCKIN e JOSÉ RENATO DUARTE, para, constituírem Comissão Examinadora, de que trata o Art. 13, do Decreto Legislativo nº 283/81, sob a presidência do primeiro.

Gabinete da Diretoria Geral, em 20/07/81

a) PAULO DE TARSO DE OLIVEIRA ABBAS
DIRETOR GERAL